



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

**RESUMO EXECUTIVO DA NONAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS**

**ABERTURA**

Aos cinco e seis dias de julho, de dois mil, às dez horas, na sala de reunião “Conselheiro **Omilton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Nonagésima Nona Reunião Ordinária do CNS.

**APROVAÇÃO DA ATA**

Colocada em apreciação, a Ata da 98ª Reunião Ordinária do CNS foi aprovada, sendo incorporadas as observações feitas pelo Conselheiro **Carlos Martins**.

**INFORMES**

- 1) **Relatório Anual 2000 da OMS – “Sistemas de Saúde: Melhorando o Desempenho”** – Conselheira **Rita Barata** observou que o referido relatório poderia ser instrumento de avaliação do CNS sobre as propostas da OMS em relação ao desempenho do Sistema Único de Saúde. Informou que a metodologia de elaboração do Relatório da OMS havia sido modificada, deixando de ater-se apenas à apresentação de dados demográficos e de saúde dos países e passando a medir o desempenho dos sistemas de saúde de cada país. Inicialmente, o relatório apresenta o modelo ideal de saúde a ser buscado pelos países, como sendo um sistema de saúde onde cem por cento da população seria coberta por seguro-saúde, que poderia ser custeado pelo próprio indivíduo ou pelo estado, no caso da parcela da população que não pudesse arcar com o custo do seu seguro. Os objetivos previstos para os sistemas de saúde são: a melhoria da saúde da população; repostas às expectativas da população e financiamento equânime. Com base nesses estudos, o relatório procurou estabelecer duas performances: do nível de saúde e o do sistema global. Com relação aos níveis de resposta às expectativas, os aspectos considerados foram: dignidade; autonomia; confidencialidade; atenção rápida; amenidades; suporte social e livre escolha. Em seguida, a Conselheira **Rita Barata** apresentou dados (utilizando a metodologia de apresentar os cinco primeiros e os cinco últimos do ranking mundial e os dados do Brasil) sobre os seguintes indicadores de saúde: **1)** nível de saúde; **2)** equidade na sobrevivência infantil; **3)** capacidade de resposta às expectativas; **4)** distribuição da resposta; **5)** financiamento; **6)** alcance global do sistema (indicador ponderado); **7)** performance no nível de saúde; e **8)** performance global do sistema. A Conselheira disse, ainda, que o relatório não poderia ser considerado como uma representação fiel da realidade mundial, visto que o grupo de economistas que elaborara os indicadores não havia se preocupado se os mesmos ponderavam as medidas de forma adequada. Acrescentou que o referido relatório fora efetuado com base na amostragem de dados de vinte e um países e projetando opinião, através de questionários de pesquisa. Foram designados os Conselheiros **Gilson Cantarino**, **Mário Scheffer**, **Zilda Arns** e **Mozart de Abreu** para elaborarem manifestação política do Conselho, através de nota técnica, sobre o relatório da OMS. Foi aprovada moção contendo o posicionamento do CNS frente ao documento da Organização Mundial de Saúde, “*Sistemas de Saúde: melhorando a performance*”, e as suas repercussões para o país.
- 2) **Atuação final pela aprovação da PEC da Saúde** – O Dr. **Ruy Nedel**, Coordenador Substituto do CNS, fez uma breve síntese do processo de aprovação da PEC da Saúde no primeiro turno. Inicialmente, observou que a partir da aprovação da PEC poderia ser impulsionada a criação de uma política nacional na área da saúde. Declarou que o trabalho do Conselho Nacional de Saúde, através dos segmentos nele representados, fora decisivo para a aprovação da PEC Aglutinativa 86-A, bem como o papel desempenhado pela Câmara de Deputados e pela Igreja.

- 3) **Calendário das reuniões de trabalho e discussão no CNS de macroeconomia/conjuntura e estrutura de gastos/execuções orçamentária** – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros o calendário de reuniões de trabalho e discussão no CNS de macroeconomia/conjuntura e estrutura de gastos/execução orçamentária, decorrentes do trabalho que fora encomendado ao IPEA pelo CNS.
- 4) **Moção de solidariedade ao Secretário Armando Raggio – redação final e repercussão inicial** – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** apresentou aos Conselheiros a redação final da Moção de solidariedade ao Secretário Armando Raggio, a qual obtivera repercussão favorável em várias Secretarias Estaduais e no Governo do Paraná.
- 5) **Degravação da apresentação e discussão do relatório final da CPI dos medicamentos** – O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que fora solicitado à Secretaria Executiva do CNS a degravação dos posicionamentos do Deputado **Nelson Marchezan**, do Conselheiro **Mozart de Abreu** da Conselheira **Lêda Dantas**, proferidos durante a 98ª Reunião Ordinária do CNS. A solicitação fora atendida e os discursos encontravam-se na ata da referida reunião.
- 6) **Projeto de Lei para regulamentar a propaganda de cigarros** – Conselheiro **Mário Scheffer** comentou que o Projeto de Lei restringia a propaganda de cigarros e bebidas e previa a aplicação de multas severas frente ao descumprimento da Lei. O Projeto fora encaminhado pelo Ministério da Saúde à Câmara dos Deputados, incorporara treze projetos de lei referentes ao tema e recebera quatorze emendas constitucionais, os quais, em sua maioria, procuravam atender ao lobby dos fabricantes de cigarros e bebidas, atenuando a severidade proposta pelo Governo. Acrescentou que o Deputado Relator, Jutahy Júnior, havia elaborado parecer, que fora aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que retirava a restrição para a propaganda de bebidas. Concluindo, informou que o Projeto de Lei seria apreciado pela Câmara dos Deputados na primeira semana do mês de agosto. O Conselheiro sugeriu que o CNS manifestasse sua posição favorável à aprovação do Projeto de Lei. Foi aprovada Recomendação do CNS, manifestando publicamente a posição do CNS e recomendando a aprovação pelo Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei substitutivo, de autoria do Deputado Jutahy Júnior, por contemplar a ação do Poder Executivo, bem como outros projetos de lei sobre a matéria.
- 7) **Situação dos hospitais do Rio de Janeiro** - Conselheiro **Sólon Viana** declarou que o informe dizia respeito a dois episódios, ocorridos no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, que feriam os princípios do SUS, da descentralização e do acesso universal e igualitário. O primeiro caso, referia-se à preocupação do Ministério da Saúde em equacionar a questão dos cinco hospitais federais do Rio de Janeiro que permanecem sob a gestão federal, sugerindo a adoção de um modelo similar à Rede Sarah Kubitschek. Observou que esse fato poderia acarretar três riscos: marcar uma tendência de federalização de rede nacional de referência; comprometer a unidade de comando, em cada nível de governo ou a governabilidade da Secretaria de Estadual/Municipal e criar um mecanismo privilegiado de financiamento. O segundo caso referia-se à instalação de unidade do INCOR, em Brasília-DF, a iniciativa do Poder Legislativo que poderia vir a consagrar desigualdades.
- 8) **Acesso e Humanização do atendimento no SUS** – Conselheiro **Geraldo Adão** observou que após dez anos de implantação do SUS, o foco atual era a busca do bom atendimento do Sistema, ressaltando a importância da mobilização da sociedade, como ocorrera nos casos da CPMF e da PEC Aglutinativa 86-A. Ressaltou, ainda, que o SUS apresentava inegáveis avanços, mesmo com algumas deficiências de origem (sendo a maior delas a do financiamento, que começava a ser corrigida com a aprovação da PEC) e no que se refere ao atendimento, acesso, acolhimento e humanização do Sistema. Informou que o Grupo de Trabalho reunia-se regularmente, porém, ainda não possuía propostas concretas a serem apresentadas ao Conselho, pois encontrava-se em fase de pesquisa e avaliação dos dados, ressaltando a dificuldade de acesso às informações básicas, principalmente, com relação à demanda reprimida. Informou, ainda, que fora elaborado questionário-pesquisa, nas Santas Casas e nos Hospitais Filantrópicos, procurando conhecer os dez serviços disponibilizados que apresentavam maior dificuldade ou impedimento para o atendimento e os problemas que afetam os serviços citados. O Grupo solicitara ao DATASUS a relação dos atendimentos prestados em 1999, com as informações sobre frequência e custo do atendimento ambulatorial e à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, a relação dos atendimentos prestados no mesmo ano, contendo informações sobre as especialidades e os exames, visando

identificar as especialidades mais demandadas e as que representam a maior dificuldade de acesso. Concluindo, informou que o Grupo participara do Seminário de “*Humanização e Atendimento ao Usuário*”, realizado na OPAS e que iniciaria a apresentação de propostas na próxima reunião do Conselho.

- 9) **Formas de remuneração de pessoal de saúde das equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários** – Conselheiro **Gilson Cantarino** informou que o relatório-final não havia ficado pronto, solicitando que o informe fosse apresentado no dia seguinte.
- 10) **Panorama das Resoluções do CNS** - O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a Secretaria-Executiva do CNS elaborara um panorama das Resoluções do CNS, contendo as homologadas e não homologadas, Recomendações e Moções, sendo separadas pelos seguintes critérios: os atos do CNS direcionados para a alteração de estrutura do modelo assistencial; os atos referentes ao controle e execução e outros atos diferenciados. Sugeriu que o estudo fosse completado por um grupo de Conselheiros.
- 11) **CPI dos Planos Privados de Saúde** - Conselheiro **Mário Scheffer** informou que paralelamente ao processo de regulamentação dos Planos Privados de Saúde, a Câmara dos Deputados iniciara discussão importante sobre a necessidade de instalação de uma CPI sobre o setor, que aguardava aprovação. Acrescentou que a Câmara dos Deputados realizara um Seminário sobre “*O Balanço da Regulamentação dos Planos Privados de Saúde*”. Concluindo, informou que a Agência de Saúde Suplementar apresentaria proposta para a regulamentação dos contratos antigos à nova legislação.
- 12) **Comissão de Comunicação Social do CNS** – Conselheiro **Mário Scheffer** informou que a Comissão de Comunicação Social do CNS não vinha se reunindo há alguns meses, devido à necessidade de recomposição. Apesar disso, a Comissão estava em fase de conclusão de documento referente à proposta de Política Pública de Comunicação Social para o SUS.
- 13) Conselheiro **Mário Scheffer** informou que a Coordenação Nacional de DST/AIDS divulgara duas notas oficiais, criticando o posicionamento da Igreja Católica com relação ao uso do preservativo, sugerindo que o CNS, também, se manifestasse a esse respeito. Foi aprovada Moção do CNS em defesa dos preservativos na prevenção das DST/AIDS, com os votos contrários dos Conselheiros **Mozart de Abreu e Zilda Arns**.
- 14) Conselheira **Rita Barata** lembrou que a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia havia apresentado o seu plano de trabalho, do qual constava a formulação de Política de Ciência e Tecnologia em Saúde. Em função da proposta do Poder Executivo, especificamente, do Ministério da Saúde, de criar uma Agência Nacional de Pesquisa em Saúde, a Comissão passara a colaborar e acompanhar o projeto de criação da Agência, que teria a atribuição de formular a Política de Ciência e Tecnologia para a área da saúde, além de produzir pesquisas estratégicas para o SUS.
- 15) Conselheira **Zilda Arns** informou que recebera da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Paraná, considerações sobre a comercialização de correlatos de óculos que, por não necessitarem de registro, podem ser comercializados livremente. Sugeriu que o assunto fosse debatido no CNS. Resolveram formar Grupo de Trabalho para recolher dados sobre o tema e, posteriormente, apresentar ao CNS, composto pelos Conselheiros **Zilda Arns, Neide Barriguelli e Climério Rangel**.
- 16) Conselheiro **Carlos Martins** informou que a Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente realizará, em agosto/2000, oficina de trabalho, objetivando a criação de estratégias para a construção de uma agenda comum, buscando incorporar ações de saneamento com ações de atenção básica à saúde do Programa Saúde da Família. Informou, ainda, que a Prefeitura de Manaus possuía programa de saúde da família que não era ligado ao Ministério da Saúde, com previsão de conclusão para outubro/2000, e que estava desprovendo os postos de saúde daquela localidade de recursos humanos, em função do oferecimento de remuneração superior.
- 17) Conselheira **Neide Barriguelli** informou que a Comissão Parlamentar de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados visitara vários estados brasileiros, constatando que os doentes mentais

estavam sendo tratados em condições sub-humanas, sugerindo que Comissão Intersetorial de Saúde Mental fosse reativada e produzisse subsídios para o CNS manifestar-se sobre o assunto.

- 18)** Conselheiro **Temístocles Neto** informou que em 11/05/2000 fora assinado convênio entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Fundação Ezequiel Dias, com o objetivo de apoiar financeiramente o projeto “*Detecção, Identificação, Controle e Monitoramento da Presença de Agrotóxicos e Toxinas em Alimentos*”. Acrescentou que aquela Fundação encontrava-se com problemas na implantação do Projeto e que havia suspeita de irregularidades, sugerindo que o CNS levantasse informações sobre o referido convênio.

## **ITEM 02 – PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DE SAÚDE E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO: REALIZAÇÃO E RESULTADOS DA LICITAÇÃO. PAPEL DO CNS E DOS CES DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DE CAPACITAÇÃO**

A Senhora **Vera Valente**, Diretora de Investimentos de Saúde da Secretaria de Investimento/MS, iniciou a sua exposição dizendo que Projeto de Capacitação de Conselheiros de Saúde e membros do Ministério Público tinha como objetivo o fortalecimento de mecanismos de controle social do SUS, mediante implantação de programa continuado de capacitação de Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde e membros do Ministério Público. Destacou que houvera participação de membros do Conselho Nacional de Saúde na elaboração do Projeto, que abrangia os seguintes objetivos: **1)** prover os Conselheiros de instrumentos para o exercício de suas atribuições; **2)** fomentar o conhecimento e a discussão sobre os princípios e diretrizes do SUS; **3)** fortalecer a atuação dos Conselheiros de Saúde como elementos catalisadores da participação da sociedade; **4)** desenvolver estratégias que promovam o intercâmbio de experiências; **5)** contribuir para a formação de uma consciência sanitária e **6)** contribuir para articulação de Conselheiros de Saúde e outras instâncias. Disse que o Projeto fora orientado por um modelo pedagógico que favoreça a aprendizagem baseada no cotidiano dos Conselheiros, além da utilização de oficinas que simulem situações vivenciadas pelos Conselheiros em suas atividades. Acrescentou que eram compromissos básicos das Secretarias Estaduais de Saúde para com o Projeto de Capacitação: **1)** Conselho Estadual de Saúde formalmente organizado; **2)** recursos específicos destinados à educação continuada de Conselheiros; **3)** realização de duas Plenárias Estaduais de Conselheiros de Saúde, entre 1998 e 2002; e **4)** divulgação da capacitação e mobilização dos Conselheiros (mínimo 70% dos titulares). A expositora mencionou, ainda, o cronograma do processo licitatório e informou que o monitoramento e a avaliação do Projeto seriam executados por um Comitê de Acompanhamento, que teria a seguinte composição: **1)** um representante do Ministério da Saúde; **2)** um representante do Conselho Nacional de Saúde; **3)** um representante da Comissão Permanente de Defesa da Saúde. As atribuições desse Comitê eram avaliar, negociar e acompanhar a execução do Projeto; monitorar o cumprimento das metas e dos cronogramas de trabalho; analisar e aprovar os Planos de Cursos, as estratégias de operacionalização e os produtos desenvolvidos; receber e avaliar os relatórios parciais, a serem encaminhados trimestralmente pela instituição contratada; acompanhar, fiscalizar e comprovar a execução dos serviços prestados e contribuir para a articulação entre os dois subprojetos. Atualmente, o Projeto encontra-se em processo licitatório, tendo recebido propostas para os dois subprojetos.

## **ITEM 03 – SUS: EFICIÊNCIA E EFICÁCIA**

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** fez a apresentação do documento “*SUS: Eficiência e Eficácia*”, já apresentado anteriormente, quando fora comprovada a eficiência do Sistema e, no momento, enfocando a questão da eficácia frente ao impacto na saúde da população. Sugeriu, então, que os Conselheiros colaborassem para o aprimoramento do documento, adaptando-o às realidades das respectivas entidades. Colocado em apreciação, o documento foi considerado aprovado, com a incorporação das sugestões dos Conselheiros.

## **ITEM 04 – IX PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE – RELATÓRIO PRELIMINAR**

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** lembrou os Conselheiros dos momentos de tensão ocorridos na IX Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e declarou que a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde decidira não mais responsabilizar-se pela coordenação da parte de infra-estrutura das Plenárias Nacionais de Conselhos de Saúde. Em seguida, os Conselheiros **Carlos Martins, Júlia Roland, Zilda Arns, Ana Maria, Cláudio Duarte, Zenite Freitas, Neide Barriguelli, Maria do Socorro, Augusto Amorim, Rita Barata, Temístocles Neto, Sílvio Mendes, Artur Custódio, Lêda Dantas** fizeram análise crítica sobre a realização da IX Plenária de Nacional de Conselheiros de Saúde.

#### **ITEM 05 – REALIZAÇÃO DA 100ª R.O. NA FIOCRUZ-RJ: COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA FIOCRUZ E DA 100ª R.O. E 10 ANOS DO CNS**

O Plenário do CNS debateu sobre procedimentos, homenagens e pauta da 100ª Reunião Ordinária, que será realizada na FIOCRUZ-RJ.

#### **ITEM 08 – O CUMPRIMENTO DA PAUTA NAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO CNS, EM ESPECIAL NOS CASOS DE EXPOSITORES CONVIDADOS E DO RELATO DA CIT (TRIPARTITE)**

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** manifestou sua preocupação com os adiamentos sucessivos do relato da Comissão Intergestores Tripartite, ocorridos nas últimas reuniões, sugerindo que esse relatório constasse permanentemente da pauta das reuniões, sem possibilidade de adiamento.

#### **ITEM 09 – RELATO DA CONFIN/CNS**

O Prof. **Elias Jorge** apresentou e fez os devidos esclarecimentos sobre o Relatório da Comissão do CNS de Orçamento e Financiamento, falando sobre os seguintes temas: **I)** Execução Orçamentária do Ministério da Saúde; **II)** Arrecadação da União pela Secretaria da Receita Federal - SRF; **III)** Execução orçamentária do Governo Federal (maio/2000); **IV)** Proposta de Emenda Constitucional Aglutinativa 86-A – Vinculação para saúde; **V)** Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde; **VI)** Plano de Trabalho da CONFIN/CNS para o ano 2000; **VII)** Orçamento 2001 e alterações na NOB 96; e **VIII)** Sugestões e encaminhamentos ao Plenário; **a)** que se mantivesse e intensificasse as atividades pela aprovação da PEC Aglutinativa 86-A (2º turno); **b)** que fosse pautada discussão sobre a proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2001; e **c)** que fosse aprovado o presente relatório considerando-o anexo da ata da 99ª Reunião Ordinária do CNS, bem como o material de apoio apresentado. O relatório foi considerado aprovado.

#### **ITEM 10 – 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**

Com base nas discussões da Reunião Extraordinária do CNS, realizada no dia 04/07/2000, a Conselheira **Rita Barata** apresentou a seguinte proposta, para a 11ª Conferência Nacional de Saúde: **1)** participação de 2.500 delegados, sendo que 75% seriam eleitos nas Conferências Estaduais de Saúde e 25% seriam indicados pelos seus segmentos; **2)** dentre os 1876 delegados eleitos nas Conferências Estaduais de Saúde, 50% seria representação de usuários, 23% representação de trabalhadores de saúde, 15% representação de gestores e 12% representação de prestadores; **3)** para os 624 delegados indicados pelos seus segmentos, a representação ficara da seguinte forma: 56 prestadores, 56 gestores, 138 trabalhadores, 30 formadores e 312 usuários. Colocada em apreciação, a proposta foi aprovada.